Amapá em Perspectiva

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Amazônia

CONFAP
Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa

CONSECTI
Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I

OCTI
Observatório de Ciência Tecnologia e Inovação

cgee
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

BRASIL

Amapá em Perspectiva

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Amazônia

CONFAP
Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa

CONSECTI
Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I

OCTI
Observatório de Ciência Tecnologia e Inovação

cgee
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)
Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Amazônia

Diretor-presidente
Fernando Cosme Rizzo Assunção
Diretores
Anderson Stevens Leonidas Gomes
Caetano Christophe Rosado Penna
Geraldo Nunes Sobrinho

Supervisão
Anderson Stevens Leonidas Gomes
Coordenadora
Adriana Badaró de Carvalho
Assistente Administrativo
Hugo Vinícius Evangelista da Silva

Consultores
Gama Assessoria e Consultoria em Economia e Políticas Públicas Ltda.
Póntus Consultoria Socioambiental
Maria Carlota de Souza Paula
Rafael Pontes Lima
AEI- Assessoria em Economia e Informação Ltda.

Equipe técnica do CGEE
Anna Júlia Jorge Carvalho
Denise Mendes Teixeira Alves Terrer
Maria Izabel Araújo de Melo Neta
Matheus Figueiredo Pimenta
Lília Rodrigues Fernandes

Produção Editorial:
Editora e Produtora Kozovits
Editora-chefe: Cristiane Kozovits
Revisora: Equipe CGEE
Design Gráfico: Wagner Alves
Fotografias: Getty Images

Parceria:
Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (CONSECTI)
Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP)
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

C389a
Amapá em perspectiva: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Amazônia.
Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, 2024.

36 p.: il.
ISBN 978-65-5775-089-6 (eletrônico)

1. Cadeias produtivas. 2. C,T&I Amapá. 3. Pesquisa e Desenvolvimento - Amazônia. I. MCT&I. II. CGEE. III. CONSECTI. IV. CONFAP. V. Título.

CDU 5/6+502.131.1
(811.6)

Referência bibliográfica:
CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **Amapá em perspectiva:** Ciência, Tecnologia e Inovação para a Amazônia. Brasília: 2024. 36 p.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
SCS Qd9 , BL C 4º andar, Ed Parque Cidade Corporate, 70308-200
Brasília, DF, Telefone: (61) 3424-9600

Todos os direitos reservados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Os textos contidos nesta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que seja citada a fonte.

@CGEE_oficial @CGEE www.cgee.org.br
@Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Este diagnóstico é parte integrante das atividades desenvolvidas no âmbito do Contrato de Gestão do CGEE.Processo: 2024-FZ41B. Atividade: Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTI-ES) Contrato Nº: 2024.000073.32101.01.
Brasília, DF | Janeiro de 2025

Amapá em Perspectiva
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Amazônia

"Cadeia de valor é uma linguagem muito tecnicista, mas para nós é um sistema de produção. Não existe cadeia de valor que se alimente sozinha."

Joaquim Correia

Brasília - DF
2024

Sumário

Introdução 6

Cenário 8

Eixo 1 12
Cadeias produtivas: atores, desafios e oportunidades
— Integrando perspectivas 15

Eixo 2 20
Panorama de CT&I no Estado
— Indicadores de CT&I 23

Eixo 3 30
Políticas, Programas e Iniciativas para o Desenvolvimento da Amazônia
— Políticas, Iniciativas e Programas 33

6

Introdução

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) foi demandado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para desenvolver o projeto "Subsídios para Políticas de CT&I para a Amazônia", em parceria com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONSECTI) e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), e suas respectivas Secretarias e Fundações. O projeto foi concebido para identificar e atender às necessidades prioritárias de CT&I nas cadeias produtivas da Amazônia Legal. Diante dos desafios da região, o projeto considera a complexa interação das atividades de CT&I com diversos campos, fatores, contextos e estruturas, inclusive o ambiente urbano de cada região. Seus focos prioritários contemplam o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas locais e a geração de conhecimentos de base que permitam a devida identificação das necessidades em CT&I, bem como as potencialidades para o uso sustentável dos recursos naturais que alimentam essas cadeias. Nessa linha, são eixos centrais do projeto:

- Mapeamento e fortalecimento de cadeias produtivas e ações de CT&I;
- Avaliação da capacidade instalada de CT&I na Amazônia Legal;
- Definição de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento.

Esta publicação apresenta um resumo dos resultados preliminares do projeto no Estado do Amapá, a partir das oficinas e estudos realizados. Ela faz parte da coleção de publicações que é composta pelo Resumo Executivo da primeira fase da iniciativa, os resumos referentes aos demais estados da Amazônia Legal e alguns cadernos especiais que aprofundam temas importantes no âmbito do projeto.

Cenário

O Amapá é um dos estados mais preservados da Amazônia, com cerca de 70% do território protegido por áreas de conservação e parques nacionais.

O Amapá destaca-se na Amazônia Legal por sua vasta extensão de áreas preservadas, ocupando 143 mil km², dos quais 70% estão cobertos por áreas protegidas e parques nacionais. Com uma população de aproximadamente 877 mil habitantes, o estado abriga comunidades tradicionais, como os povos Waiãpi, Palikur e Galibi, que mantêm práticas culturais ricas, integrando-se harmoniosamente com a natureza ao longo de gerações. O ecoturismo emerge como uma vocação natural, com atrativos como o Parque Nacional do Cabo Orange e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, que oferecem trilhas e observação de biodiversidade em ambientes preservados.

O estado também vem ampliando investimentos no desenvolvimento sustentável de suas principais cadeias produtivas, incluindo a mineração (especialmente ferro e manganês), a pesca e o manejo florestal. Mas, os desafios ainda são muitos: problemas como a falta de energia elétrica de qualidade, infraestrutura de transporte limitada e a necessidade de qualificação profissional despontam como fatores que precisam ser superados com o apoio da CT&I. O estado apresenta potencial de crescimento, no entanto com indicadores ainda distantes da média nacional. Em 2021, o Amapá formou 13,33 mestres e 1,82 doutores por cem mil habitantes, em comparação à média nacional de 27,8 e 9,7, respectivamente. A produção científica do estado, entre 2018 e 2023, alcançou 426 artigos, um quantitativo significativamente menor em comparação ao Pará, que registrou 3.815 publicações no mesmo período.

Frente a esses desafios, as contribuições da CT&I são fundamentais para fortalecer e desenvolver as cadeias sustentáveis de pesquisa e produção que promovam o desenvolvimento econômico das comunidades e integrem saberes tradicionais com inovações tecnológicas, valorizando a floresta em pé e criando um caminho para um futuro cada vez mais sustentável.

Eixo 1
Cadeias produtivas: atores, desafios e oportunidades

"Nosso principal produto hoje é a castanha. Os gargalos que temos atualmente é a falta de absorção de toda produção. Aí a gente volta a depender dos atravessadores, e sabemos o quanto isso é ruim para a comunidade. A gente ainda não conseguiu ter estabilidade no mercado".

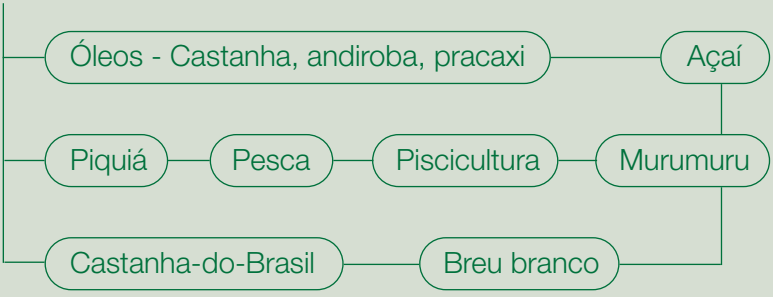
Cleiciane Nascimento
RDS Ilha Tapurú, COMARU

Oficina realizada com atores locais do Amapá

Integrando perspectivas

Os encontros realizados para mapeamento e contextualização das principais cadeias produtivas do Amapá, sob a ótica de CT&I, reuniram diversos atores locais, como líderes comunitários, cooperados, gestores públicos e membros das Reservas Extrativistas. Em oficinas promovidas em colaboração com a Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP) e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), foram compartilhadas experiências, discutidos desafios e exploradas oportunidades para fortalecer cadeias produtivas sustentáveis. Essas reuniões destacaram a integração entre pesquisa e produção, apontando caminhos para o desenvolvimento local alinhado às necessidades e potencialidades do território.

Cadeias Sustentáveis de Pesquisa e Produção destacadas nas oficinas:



Impactos, desafios e contribuições de CT&I na análise dos atores locais:

Impactos Econômicos

- **Exportações:** Produtos como castanha-do-Brasil, óleo de andiroba e pracaxi possuem grande potencial para exportação, com possibilidade de inserção em mercados internacionais;
- **Autonomia Econômica:** A instalação da agroindústria de processamento de castanha ASTEX-CA é um exemplo de iniciativa que agrega valor ao produto, eliminando intermediários e aumentando a renda dos extrativistas;
- **Diversificação e Redução de Custos:** O aproveitamento de resíduos e a ampliação das cadeias produtivas complementares contribuem para diversificar a economia e reduzir os custos de produção, beneficiando cadeias como piscicultura e açaí;
- **Desenvolvimento do Turismo:** A expansão do turismo se alia à comercialização dos produtos locais e agrega valor econômico, com grande potencial de expansão.

Desafios

- **Infraestrutura:** A falta de energia elétrica de qualidade afeta as indústrias locais, que dependem de geradores a diesel, aumentando os custos de produção;
- **Licenciamento e Dependência de Grandes Compradores:** A dependência de grandes empresas, como a Natura, e a volatilidade dos preços dos produtos (por exemplo, castanha-do-Brasil) limitam o crescimento das cadeias produtivas;
- **Limitações Logísticas:** A logística de transporte e armazenamento também é um problema para a produção, especialmente para aqueles com potencial de exportação, como óleo de andiroba e pracaxi.

Impactos Sociais

- **Inclusão Social e Desenvolvimento Comunitário:** A atuação do Coletivo da Castanha e de cooperativas promove a inclusão dos extrativistas em cadeias produtivas maiores, além de oferecer informações de mercado e integrar os cooperados;
- **Agroindústria:** A instalação de agroindústrias locais fortalece a economia das comunidades e oferece oportunidades de trabalho para os jovens;
- **Capacitação e Fortalecimento Comunitário:** A ampliação da capacidade de processamento de produtos, a exemplo do açaí, ajuda a aumentar a participação dos cooperados. Iniciativas de capacitação promovem o desenvolvimento profissional e melhoram as condições de trabalho;
- **Promoção da Saúde e Segurança Alimentar:** A produção local contribui para a segurança alimentar das comunidades e para a inclusão de produtos da floresta na merenda escolar, incentivando o consumo de alimentos sustentáveis e saudáveis.

Oportunidades

- **Expansão da Agroindústria:** O processamento da castanha-do-Brasil e a produção de biscoitos com o insumo têm potencial para expansão, agregando valor e promovendo inclusão em programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- **Fortalecimento da Bioeconomia:** A diversificação de produtos florestais, como leite de castanha e outros subprodutos, oferece grandes oportunidades para fortalecer a bioeconomia;
- **Desenvolvimento Sustentável e Inovação:** Os óleos de andiroba, pracaxi e murumuru têm grande potencial de crescimento no mercado, com apoio de novas tecnologias para superar as limitações de logística e processamento.

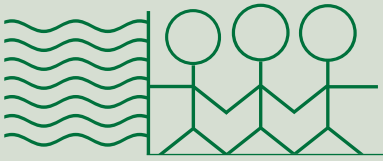
Impactos de Sustentabilidade

Conservação Ambiental e Uso Sustentável de Recursos: Cooperativas incentivam o uso sustentável de produtos florestais, como castanha-do-Brasil, breu branco e óleos vegetais, promovendo a conservação da biodiversidade e contribuindo para a sustentabilidade da floresta;

Recuperação de Áreas Degradadas: Projetos como o Assentamento Agroextrativista Maracá (ASTEX-MA) possuem potencial para a restauração florestal por meio de manejo sustentável, com discussões coletivas sobre as melhores práticas;

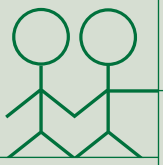
Mitigação das Mudanças Climáticas: As iniciativas para reduzir CO2, usar energias renováveis e restaurar áreas degradadas ajudam no enfrentamento às mudanças climáticas;

Alinhamento aos ODS: As atividades promovidas nas cadeias produtivas se alinham com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como erradicação da pobreza (ODS 1), trabalho decente (ODS 8), energia limpa (ODS 7) e ação contra a mudança global do clima (ODS 13).



Impactos Climáticos

Mudança no Calendário Produtivo: As mudanças climáticas afetam o calendário de produção das comunidades extrativistas, impactando sob produtos como castanha-do-Brasil e o açaí devido a secas e cheias extremas. Adaptar-se a essas mudanças é crucial para manter a produção sustentável.

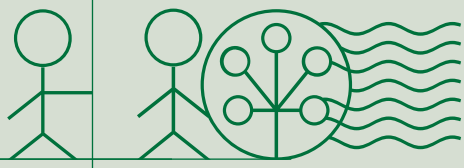


Contribuições de CT&I

- **Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos:** Há uma necessidade crescente de pesquisas sobre novos subprodutos da castanha, como o leite, expandindo as opções de mercado;
- **Tecnologia para Produtos Florestais:** A falta de tecnologias adequadas para processar o açaí e outros produtos é um desafio. Novas soluções tecnológicas podem resolver problemas de transporte e processamento, melhorando a eficiência da produção;
- **Crédito de Carbono e REDD+:** O potencial de desenvolvimento com o REDD+ é significativo para as comunidades agroextrativistas, mas há desafios mediante empresas que visam apenas o lucro, sem garantir benefícios para as comunidades locais e meio de preservação do meio ambiente;
- **Melhorar os índices de formação e retenção de mestres e doutores e os investimentos em P&D:** são medidas fundamentais para o crescimento econômico sustentável do estado.

Questões Transversais

- **Educação e Capacitação:** A educação específica para os extrativistas, a exemplo das Escolas Família Agroextrativistas, é essencial para a valorização cultural e o fortalecimento das comunidades;
- **Tecnologia Social:** O envolvimento das comunidades na construção coletiva de conhecimento e processos de levantamento de informações valoriza os saberes locais e o modo de vida das comunidades tradicionais.



Eixo 2
Panorama de CT&I no Estado

Oficina realizada com atores locais do Amapá

Os estudos conduzidos pelo Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI), e os Observatórios de Recursos Humanos para CT&I (RHCTI) e o de Bioeconomia (OBio), todos do CGEE, oferecem uma visão sobre a formação e o emprego de mestres e doutores na Amazônia Legal, além de uma análise da capacidade instalada de ciência, tecnologia e inovação na região.

Neste Caderno Estadual apresentamos achados importantes sobre a capacidade instalada de CT&I no Amapá. Esta pequena amostra dos estudos realizados pelos observatórios traz alguns dos diversos indicadores analisados.

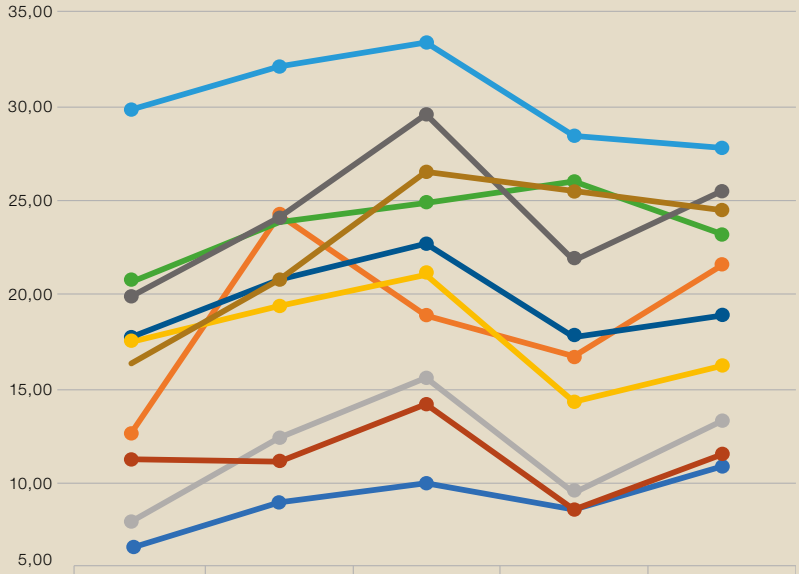
Indicadores de CT&I

Titulação de mestres e doutores por cem mil habitantes

Os gráficos 1 e 2 exibem os números de mestres e doutores titulados por cem mil habitantes nos estados da Amazônia Legal no período de 2017-2021. A titulação de mestres e doutores é essencial para a formação de recursos humanos de alto nível e para o desenvolvimento de P&D nas regiões e nos países. Os estados da Amazônia Legal apresentam números de mestres e doutores titulados por cem mil habitantes muito inferiores à média brasileira. Nesse contexto, há

de se ressaltar que os anos da pandemia de Covid-19 foram muito prejudiciais para várias áreas da vida da população, com destaque para aspectos relacionados à saúde, ao trabalho e à educação, o que desencadeou queda geral nos índices estaduais, especialmente em 2020. O Amapá, embora apresente um cenário desafiador na formação *Stricto Sensu*, apresentou uma melhora gradativa neste importante indicador, com recuperação após o período crítico da pandemia:

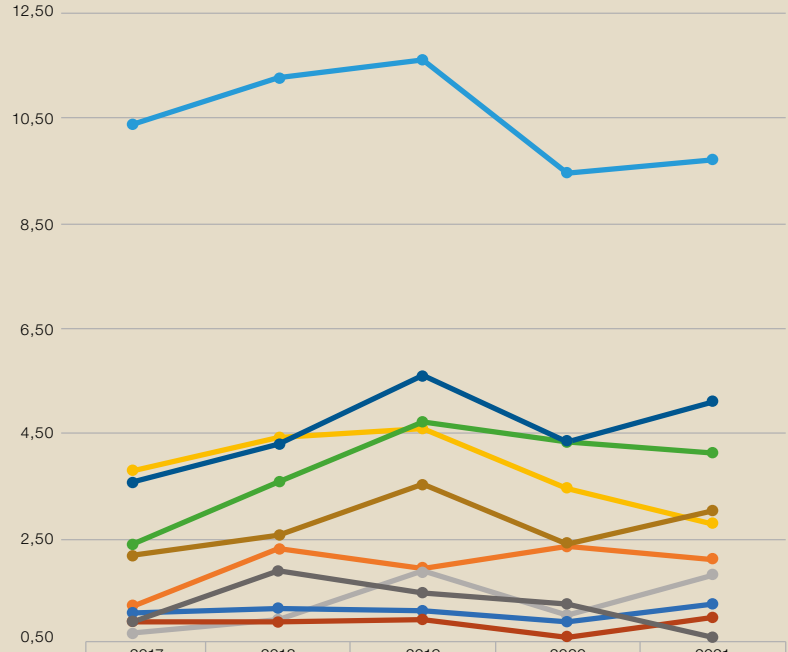
Gráfico 1: Número de mestres titulados por cem mil habitantes, por UF, nos Estados da Amazônia Legal



	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	29,80	32,13	33,34	28,35	27,80
Acre	12,70	24,16	18,82	16,77	21,61
Amapá	7,90	12,42	15,61	9,52	13,33
Amazonas	17,50	19,43	21,02	14,31	16,18
Maranhão	6,60	8,94	9,99	8,59	10,85
Mato Grosso	20,60	23,88	24,88	26,01	23,18
Pará	17,80	20,79	22,64	17,74	18,91
Rondônia	11,30	11,09	14,24	8,63	11,46
Roraima	19,90	24,11	29,55	21,86	25,43
Tocantins	16,30	20,77	26,51	25,53	24,45

Fonte: Radar de indicadores OCTI, 2023. Elaboração própria

Gráfico 2: Número de doutores titulados por 100 mil habitantes, por UF, dos Estados da Amazônia Legal



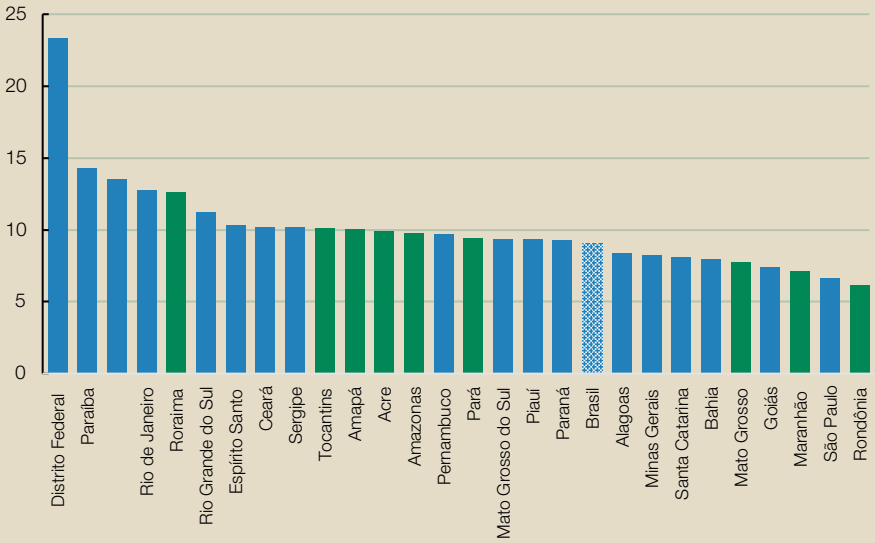
	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	10,40	11,26	11,63	9,48	9,70
Acre	1,20	2,30	1,93	2,35	2,10
Amapá	0,70	0,96	1,89	1,04	1,82
Amazonas	3,80	4,44	4,61	3,45	2,76
Maranhão	1,10	1,19	1,13	0,91	1,24
Mato Grosso	2,40	3,60	4,74	4,34	4,15
Pará	3,60	4,32	5,63	4,36	5,10
Rondônia	0,90	0,91	0,96	0,61	0,99
Roraima	0,90	1,91	1,49	1,27	0,61
Tocantins	2,20	2,57	3,56	2,39	3,05

Fonte: Radar de indicadores OCTI, 2023. Elaboração própria

Intensidade da participação de mestres e doutores no emprego formal da região

O indicador que relaciona o número de mestres com emprego formal para cada grupo de 1.000 indivíduos com emprego formal no Brasil permite analisar a capacidade do mercado de absorver pessoal altamente qualificado. Em 2021, eram 9,1 mestres para cada 1.000 empregados formais. Entre os estados amazônicos, seis deles (Roraima, Tocantins, Amapá, Acre, Amazonas e Pará) apresentaram taxas superiores à nacional, conforme gráfico 3 em seguida:

Gráfico 3: Número de mestres com emprego formal por 1.000 empregados no Brasil (2009/2021)



Fonte: Radar de indicadores OCTI, 2023. Elaboração própria

Principais vocações estaduais quanto à área do conhecimento

É de se esperar que existam áreas do conhecimento em alguns estados que não estejam ainda contempladas em razão de a expansão da pós-graduação ser um fenômeno recente na maior parte dos estados amazônicos. Abaixo, identificamos as principais áreas de conhecimento que titularam mestres e doutores no estado do Amapá no período de 1996 a 2021:

Tabela 1: Principais áreas do conhecimento que titularam mestres no estado do Amapá entre 1996 e 2021

1º	Interdisciplinar	253
2º	Planejamento Urbano e Regional	134
3º	Ecologia	128
4º	Farmácia	68

Fonte: Elaboração CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira - Capes/MEC (1996-2021).

Tabelas 2: Principais áreas do conhecimento que titularam doutores no estado do Amapá entre 1996 e 2021

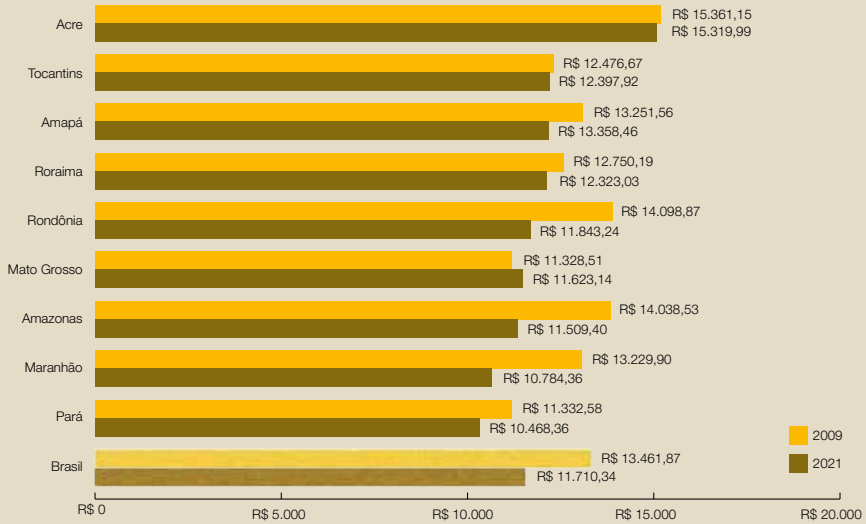
1º	Ecologia	33
2º	Biotecnologia	29
3º	Farmácia	16

Fonte: Elaboração CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira - Capes/MEC (1996-2021).

Remuneração mensal média de mestres e doutores titulados no Brasil com emprego formal em estados amazônicos

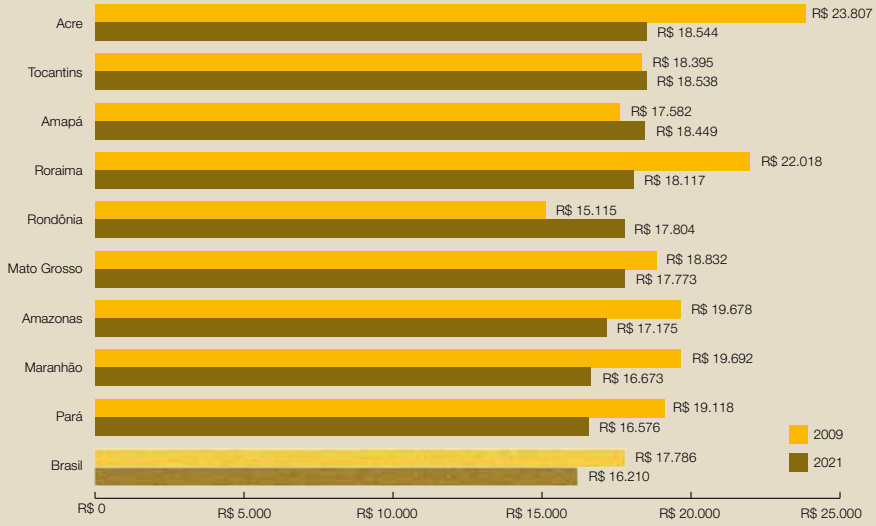
De acordo com o estudo dos observatórios de RHCT&I e Bioeconomia, o indicador de médias de remuneração proporciona informações fundamentais sobre o mercado de trabalho e as disparidades salariais entre os grupos de profissionais mestres e doutores no território. O gráfico 4 apresenta a remuneração mensal média, em valores constantes de 2021, dos mestres com emprego formal nos estados amazônicos e no Brasil em 2009 e 2021. E o gráfico 5 apresenta os resultados para a remuneração média dos doutores no mesmo período. Pode-se destacar que o Amapá apresentou uma renda mensal média em 2021 superior à verificada para o Brasil tanto na remuneração de mestres quanto na de doutores:

Gráfico 4: Remuneração mensal média de mestres titulos no Brasil entre 1996 e 2021 empregados em estados amazônicos em 2009 e 2021 em reais constantes de 2021 corrigidos pelo INPC



Fontes: Elaboração CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira - Capes/MEC (1996 - 2021) e RAIS/MTE (2009-2021).
Nota: (1) É considerada como remuneração mensal de cada indivíduo a soma das remunerações recebidas em todos os seus vínculos empregatícios durante o mês de dezembro do ano sob análise. Exclui ganhos decorrentes de 13º salário. (2) Valores a preços constantes de dezembro de 2021 corrigidos pelo INPC (IBGE).

Gráfico 5: Remuneração mensal média de doutores titulos no Brasil entre 1996 e 2021 empregados em estados amazônicos em 2009 e 2021 em reais constantes de 2021 corrigidos pelo INPC



Fontes: Elaboração CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira - Capes/MEC (1996 - 2021) e RAIS/MTE (2009-2021).
Nota: (1) É considerada como remuneração mensal de cada indivíduo a soma das remunerações recebidas em todos os seus vínculos empregatícios durante o mês de dezembro do ano sob análise. Exclui ganhos decorrentes de 13º salário. (2) Valores a preços constantes de dezembro de 2021 corrigidos pelo INPC (IBGE).

Para conhecer os estudos na íntegra, acesse

Eixo 3
Políticas, programas e iniciativas para o desenvolvimento da Amazônia

Oficina com atores locais do Amapá

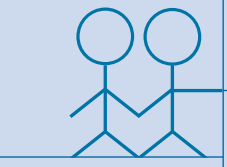
Políticas, iniciativas e programas em ação

O Amapá é beneficiado por diversas políticas e programas que impulsionam o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), abordando áreas estratégicas como bioeconomia, energias renováveis, produtos florestais e mineração. Iniciativas federais, como o Programa de Bioinsumos e o PAC, incentivam práticas sustentáveis e a qualificação de recursos humanos, enquanto editais e chamadas públicas promovem a transferência de tecnologia para setores locais, como o mineral e oleiro-cerâmico, fomentando a criação de negócios sustentáveis e maior participação das comunidades amapaenses no desenvolvimento das suas cadeias de pesquisa e produção. Abaixo, algumas políticas, programas e iniciativas que acontecem atualmente no estado.

Iniciativas Federais e Regionais

Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)/2023

Esse programa coordena investimentos em parceria com estados, municípios, setor privado e movimentos sociais, visando sustentabilidade, neoindustrialização e geração de empregos em todas as regiões do país.



Programa Cadeias Produtivas da Bioeconomia MCTI/2020

Promove a sustentabilidade e inovação em cadeias produtivas relacionadas à bioeconomia.

Plano Setorial ABC+ (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)/2020-2030

Concentra-se em práticas agrícolas sustentáveis que reduzem a emissão de carbono.

Programa Nacional de Bioinsumos/2020

Estimula o desenvolvimento de insumos biológicos, incentivando alternativas sustentáveis na agricultura.

Programa Prioritário de Bioeconomia (PPBio)/2018

Coordenado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), busca utilizar recursos de P&D para desenvolver soluções sustentáveis na biodiversidade amazônica, abrangendo o Amapá e outros estados da Amazônia Ocidental.

Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA)/2024-2027

Focado em promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal, criando políticas regionais integradas.

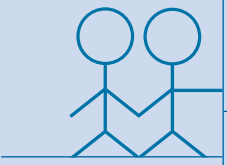
Consórcio Interestadual da Amazônia Legal

Aliança entre estados amazônicos para o desenvolvimento sustentável com ênfase na economia verde, inovação e competitividade.

Iniciativas Estaduais

Edital de Bioeconomia do Amapá (nº 2022.3)

Organizado pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, o edital apoia até 30 planos de negócios em bioeconomia, fortalecendo startups e promovendo práticas sustentáveis.



Programa Bioeconomia Amapá - Chamadas Públicas 001/2024 e 002/2024:

Estas chamadas da FAPEAP buscam a transferência de tecnologia para os setores de oleiro cerâmico e mineral, com projetos de diagnóstico e estratégias para o desenvolvimento sustentável desses setores.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

www.cgee.org.br